

Lei Ordinária nº 1663/2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - MS EXERCÍCIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO PIMENTEL DUAILIBI, Prefeito do Município de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Camapuã aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Publicada em 21 de dezembro de 2009

Art. 1°. -

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Camapuã - MS, para o exercício financeiro de 2010, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 26.114.000,00 (Vinte e seis milhões cento e quatorze mil reais) líquido, já deduzidos a contribuição dos 20% para o FUNDEB, descriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2°. -

A receita decorrerá da arrecadação dos tributos e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS DE TODAS AS FONTES DEDUZIDAS AS CONTAS REDUTORAS

RECEITA CORRENTE	R\$	24.412.200,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	2.118.100,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	R\$	1.254.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$	365.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	R\$	100.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	19.821.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	753.100,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$	1.701.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	50.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$	1.000,00
TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL		1.650.000,00

Art. 3°. -

A Despesa total do Município de R\$ 26.114.000,00 (Vinte e seis milhões cento e quatorze mil reais) em valores líquidos, compõe-se do Orçamento Fiscal no valor de R\$ 17.456.000,00 e do Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 8.658.000,00.

Parágrafo único. -

A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta lei, observando o seguinte desdobramento:

I - DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA.

DESPESAS CORRENTES	R\$	22.603.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	3.310.500,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
TOTAL		26.114.000,00

II - DESPESA POR FUNÇÃO;

01 LEGISLATIVA R\$

02	JUDICIÁRIA	R\$	183.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	2.970.500,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.059.000,00
09	PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$	2.289.000,00
10	SAÚDE	R\$	4.310.000,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	6.310.000,00
13	CULTURA	R\$	84.000,00
15	URBANISMO	R\$	3.910.500,00
16	HABITAÇÃO	R\$	180.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	150.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	16.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	458.000,00
25	ENERGIA	R\$	525.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	250.000,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	94.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	725.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
	TOTAL	R\$	26.114.000,00

_

III - DESPESA POR PODERES DO MUNICÍPIO

A) PODER LEGISLATIVO		1.400.000,00
1 - Câmara Municipal	RS	1.400.000,00
B) PODER EXECUTIVO.		24.714.000,00
01 - Prefeitura Municipal	R\$	14.636.000,00
02 - Fundo Municipal De Saúde	R\$	4.310.000,00
03 - Fundo Desenv. Ensino - Fundeb	R\$	3.125.000,00
04 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	781.000,00
05 - Fundo Municipal Investimento Social	R\$	283.500,00
06 - Fundo Municipal do Meio Ambiente	R\$	16.000,00
07 - Fundo Municipal Habitação de Interesse Social	R\$	30.000,00
08 - Fundo Especial de Sucumbência	R\$	17.000,00
09 - Instituto de Previdência do Munic. Camapuã	R\$	1.474.000,00
10 - Fundo Municipal da Criança do Adolescente	R\$	41.500,00

Art. 4°. -

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a;

1 -

Abrir Créditos Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada nesta lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas no Artigo 43 da Lei Federal 4320/64, extensiva ao Poder Legislativo.

II -

Realizar operações de crédito por antecipação da receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º do Artigo 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso II do Artigo 167 ambos da Constituição Federal.

Parágrafo único. - Fica autorizado e não será computada para efeito do limite do inciso I deste Artigo.

a) -

O remanejamento de dotações dentro da mesma Secretaria e Fundos através de Decreto nos termos do Artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, limitado ao Crédito autorizado para a respectiva unidade.

b) -

A abertura de Créditos Adicionais para a adequação da Previsão Orçamentária para o Legislativo face ao limite Constitucional e adequação da despesa com os recursos oriundos de Convênios e dos Fundos limitados aos recursos efetivamente arrecadados.

Art. 5°. -

Fica autorizado a inclusão de novos elementos de despesas nos respectivos programa aprovados nesta Lei mediante Decreto do Executivo.

Parágrafo único. - A inclusão de novos elementos não altera os valores dos créditos autorizados.

Art. 6°. - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2010, revogados as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã - MS, 21 de dezembro de 2009.

MARCELO PIMENTEL DUAILIBI
PREFEITO MUNICIPAL